



Estado do Rio de Janeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**

Praça Gov. Roberto Silveira, 44 - Centro - Bom Jardim - RJ

CNPJ: 28.561.041/0001-76

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assunto:

Pedido de Exoneramento -  
Conferência Eletrônica nº 001/2026  
Resíduos Sólidos.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Protocolo Nº:

Adendo ao Processo

Em

de

nº 0941/26

de

Assinatura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÃO



**ASSUNTO:** Pedido de Esclarecimento – Concorrência Eletrônica nº 001/2026

**EMPRESA:** LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA– CNPJ: 00.482.840/0001-38

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade,

Encaminho, para ciência e manifestação, o Pedido de Esclarecimento recebido por este setor, pela plataforma Licitanet, da empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO** – CNPJ: 00.482.840/0001-38, referente ao **Processo Licitatório nº 0941/2026 – Concorrência Eletrônica nº 001/2026**, cujo objeto é **destinado à Contratação de empresa(s) especializada(s) em Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos (Classe II), Coleta de Volumosos, Transbordo e Transporte até o Aterro Sanitário, bem como a Coleta Seletiva e Triagem dos Resíduos Recicláveis com fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada.** Segue, em anexo, o Pedido de Esclarecimento enviado pela empresa.

Solicitamos a análise do conteúdo e que nos seja remetida a resposta quanto ao Pedido de Esclarecimento, em até 3 (três) dias úteis, a fim de darmos prosseguimento ao processo dentro dos prazos estabelecidos. Permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas.

Bom Jardim/RJ, 28 de maio de 2026.

Atenciosamente,

  
**Raphael Santos Rosa de Jesus**  
Pregoeiro  
Mat. 12/7416-SMA



Prezados,

A empresa **Liderança Limpeza e Conservação Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **00.482.840/0001-38**, vem, respeitosamente, apresentar o presente pedido de esclarecimento, nos seguintes termos:

- 1- Há retenção por conta vinculada ou fato gerador?
- 2- O pagamento será por posto fixo mensal ou por horas efetivamente trabalhadas?
- 3- Existe alguma empresa executante atualmente? Se sim, qual a empresa e o motivo da sua saída?
- 4- Qual a data de previsão do início do contrato?
- 5- Se o colaborador optar por renunciar ao uso do vale-transporte, o valor correspondente que não for utilizado será descontado do faturamento da empresa?
- 6- O Plano de saúde será obrigatório cotar? Caso seja, devemos seguir o determinado em Convenção coletiva de trabalho?
- 7- Nos postos 12x36 horas, a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?
- 8- Quanto tempo será o intervalo intrajornada para refeição de 1 horas, 30 minutos ou cabe ao licitante definir?
- 9- Quais postos de trabalho devem receber adicional de periculosidade?
- 10- Quais postos de trabalho devem receber adicional de insalubridade? E em qual percentual?
- 11- É exigido preposto fixo nas dependências do contratante?
- 12- Haverá pagamento de diárias e horas extras?
- 13- Há previsão de garantia de proposta? Qual valor ou percentual?
- 14- Os percentuais dos encargos sociais trazidos pelo edital/CCT poderão ser alterados, de acordo com a realidade do licitante?
- 15- Qual Convenção Coletiva foi utilizada como base para formação do valor estimado? Favor informar número de registro no M.T.E e o sindicato da categoria. A empresa é obrigada a adotar essa CCT como referência?

32- Considerando que IN SEGES/MGI nº 147/2026 estabelece impacto direto na formação dos custos da contratação, solicitamos esclarecimento acerca dos seguintes pontos:

- a) A Administração considerou a aplicação da IN SEGES/MGI nº 147/2026 na composição do orçamento estimativo?
- b) Qual foi o percentual de incidência adotado para o benefício (20% ou outro índice estatístico)?
- c) O custo deverá ser previsto na planilha de formação de preços como provisão fixa mensal ou somente mediante reembolso por fato gerador?
- d) Caso a Convenção Coletiva da categoria já contemple auxílio-creche em valor inferior ao limite previsto na IN, deverá a licitante prever apenas o valor convencional ou complementar até o teto normativo da IN?
- e) A Administração disponibilizará memória de cálculo ou orientação específica quanto à composição deste custo, visando garantir isonomia e padronização das propostas?

Atenciosamente,





**RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS APRESENTADO PELA EMPRESA  
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**

Concorrência Eletrônica nº 001/2026  
Processo Administrativo nº 941/2026

**1- *Há retenção por conta vinculada ou fato gerador?***

**R:** O Termo de Referência não prevê o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco a utilização de conta vinculada ou pagamento por fato gerador. A contratação será executada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo os pagamentos realizados conforme as quantidades efetivamente executadas e devidamente medidas por tonelada (Ton/mês), mediante apresentação dos tickets de pesagem e respectivos relatórios de execução.

Ressalta-se que os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, nos termos da legislação vigente.

**2- *O pagamento será por posto fixo mensal ou por horas efetivamente trabalhadas?***

**R:** O critério de medição e pagamento dar-se-á estritamente por Tonelada por mês (Ton/mês), com base nos serviços efetivamente prestados e atestados pela fiscalização, conforme o tópico 10 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS, constante no Termo de Referência.

**3- *Existe alguma empresa executante atualmente? Se sim, qual a empresa e o motivo da sua saída?***

**R:** Atualmente os serviços são executados por meio de uma contratação emergencial. A nova contratação decorre da necessidade de realização de procedimento licitatório regular para continuidade da prestação dos serviços.

**4- *Qual a data de previsão do início do contrato?***

**R:** A execução dos serviços terá início em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da respectiva Ordem de Início, a ser formalmente expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade após a assinatura do contrato, conforme item 7.2.

**5- *Se o colaborador optar por renunciar ao uso do vale-transporte, o valor correspondente que não for utilizado será descontado do faturamento da empresa?***

Página 1

**SECRETARIA MUNICIPAL  
DE MEIO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE**



RUA HUMBERTO NEVES, Nº 275 - BAIRRO MARAVILHA  
CEP – 28.660-000 / BOM JARDIM/RJ

E-mail: meioambiente@bomjardim.rj.gov.br / Tel.: (22) 2566-2342





**R:** Os pagamentos da Administração à contratada são vinculados ao preço unitário por tonelada coletada/transportada. Como a contratação é por resultado de escopo unitário (Ton/mês) e não por alocação de postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva, os custos internos com pessoal e benefícios são de responsabilidade e risco da própria contratada, não gerando descontos ou reembolsos diretos no faturamento unitário por tonelada.

**6- O Plano de saúde será obrigatório cotar? Caso seja, devemos seguir o determinado em Convenção coletiva de trabalho?**

**R:** O Termo de Referência não estabelece exigência específica para fornecimento de plano de saúde. Contudo, a licitante deverá observar integralmente a legislação trabalhista vigente, bem como as disposições constantes da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável à categoria profissional e à respectiva base territorial, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos custos trabalhistas e sociais da proposta.

Nesse sentido, a cotação de plano de saúde será obrigatória apenas se houver previsão expressa e cogente na Convenção Coletiva de Trabalho adotada pela licitante. Conforme as regras do certame, a empresa possui a prerrogativa de escolher a CCT que melhor represente sua atividade principal, desde que válida perante o sindicato competente. Assim, caso o instrumento coletivo eleito estabeleça o plano de saúde como direito obrigatório aos trabalhadores, este deverá ser necessariamente incluído na Planilha de Composição de Custos, observando-se os valores e parâmetros previstos na norma coletiva.

**7- Nos postos 12x36 horas, a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?**

**R:** O Termo de Referência estabelece o horário operacional de coleta das 06h00min às 16h00min (8h diárias), conforme item 7.31 do Termo de Referência. Não há previsão de postos fixos na modalidade 12x36h. A organização de escalas e os intervalos intrajornada devem respeitar a legislação trabalhista e a respectiva CCT adotada, sendo de total responsabilidade da contratada garantir que não haja descontinuidade do serviço público essencial.

**8- Quanto tempo será o intervalo intrajornada para refeição de 1 horas, 30 minutos ou cabe ao licitante definir?**

**R:** Cabe à licitante definir e gerenciar os intervalos em conformidade com as cláusulas da CCT aplicável, garantindo o cumprimento integral da rotina operacional descrita no Termo de Referência.







**9- Quais postos de trabalho devem receber adicional de periculosidade?**

**R:** O Termo de Referência não estabelece, de forma específica, postos sujeitos ao pagamento de adicional de periculosidade, tampouco a estimativa de custos da Administração prevê referido adicional para as funções listadas, considerando que a atividade precípua de coleta de resíduos sólidos urbanos e transbordo é, em regra, classificada no regime de insalubridade.

Todavia, caberá exclusivamente à licitante observar integralmente a legislação trabalhista vigente e a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional pertinente, realizando a correta avaliação das condições efetivas de sua operação.

**10- Quais postos de trabalho devem receber adicional de insalubridade? E em qual percentual?**

**R:** Considerando a natureza dos serviços objeto da contratação, relacionados à coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos, poderão existir atividades caracterizadas como insalubres, nos termos da legislação trabalhista e das Normas Regulamentadoras aplicáveis. Assim, caberá à licitante observar a Convenção Coletiva da categoria, bem como realizar a adequada composição dos custos relativos ao adicional de insalubridade eventualmente incidente, incluindo os respectivos percentuais legalmente aplicáveis às funções desempenhadas.

**11- É exigido preposto fixo nas dependências do contratante?**

**R:** Não é exigido preposto fixo nas dependências da Prefeitura. Contudo, a contratada deve designar formalmente um preposto com poderes para representá-la, conforme item 9.13.

**12 – Haverá pagamento de diárias e horas extras?**

**R:** Não. A remuneração se dará exclusivamente pelos preços unitários por tonelada cotados na proposta. Eventuais horas extras ou custos de deslocamento de funcionários correm por conta e risco exclusivos da contratada.

**13- Há previsão de garantia de proposta? Qual valor ou percentual?**

**R:** Não há exigência de garantia de *proposta* (fase de licitação). Todavia, será exigida a garantia da contratação (fase contratual), nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, cujos percentuais e modalidades específicas (seguro-garantia, caução ou fiança) seguirão as regras estipuladas nas cláusulas editalícias e contratuais.







**14- Os percentuais dos encargos sociais trazidos pelo edital/CCT poderão ser alterados, de acordo com a realidade do licitante?**

**R:** Os percentuais utilizados pela Administração na composição do orçamento estimativo possuem caráter referencial. Assim, cada licitante poderá apresentar sua própria composição de encargos sociais e trabalhistas, desde que compatível com a legislação vigente, com a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e devidamente demonstrada a exequibilidade da proposta apresentada.

**15- Qual Convenção Coletiva foi utilizada como base para formação do valor estimado? Favor informar número de registro no M.T.E e o sindicato da categoria. A empresa é obrigada a adotar essa CCT como referência?**

**R:** A Convenção Coletiva utilizada pela Administração para composição do orçamento estimativo foi adotada apenas em caráter referencial, conforme Anexo F do Termo de Referência, visando subsidiar a estimativa de custos da contratação. Dessa forma, cada licitante deverá utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho efetivamente aplicável à sua categoria econômica e profissional, observando a respectiva base territorial, enquadramento sindical e legislação vigente, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos custos e encargos da proposta apresentada.

**16- Considerando que a Administração realizou a estimativa de preços com base em determinada Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), posteriormente atualizada, questiona-se: para fins de elaboração da proposta, deverá ser utilizada a CCT vigente na data da licitação ou aquela originalmente adotada pelo órgão na composição do orçamento estimativo?**

**R:** Para a formulação da proposta, a licitante deve propor preços que garantam a exequibilidade frente à legislação e CCT vigentes na data de apresentação da proposta, assegurando o cumprimento de todos os pisos salariais e direitos trabalhistas vigentes.

**17- A repactuação será concedida a partir do registro da nova CCT?**

**R:** A eventual repactuação observará os requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

**18- A vistoria será obrigatória ou facultativa?**

**R:** A vistoria prévia dos locais é facultativa, conforme tópico 6 – VISTORIA FACULTATIVA. Caso a licitante opte por não realizá-la, deverá apresentar obrigatoriamente a declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos moldes da Súmula nº 01 DE 19/06/2018 do TCE-RJ.







**19- Será necessário o fornecimento de algum veículo? Se sim, qual o modelo?**

**R:** Sim. Conforme itens 7.3 e seguintes do Termo de Referência, a contratada deverá disponibilizar todos os veículos necessários à execução dos serviços.

**20- Quais uniformes devem ser fornecidos aos empregados?**

**R:** Os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) estão descritos nos itens 7.3.6 e 7.12 do Termo de Referência.

**21- Quais equipamentos devem ser fornecidos?**

**R:** Todos os materiais, veículos, equipamentos, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à perfeita execução dos serviços encontram-se descritos no tópico 7 – EXECUÇÃO DO OBJETO, do Termo de Referência, cabendo à contratada o integral fornecimento e manutenção dos itens necessários à adequada prestação dos serviços.

**22- Visando buscar eficiência e economicidade, os equipamentos precisam ser obrigatoriamente novos, ou é permitido utilizar aqueles em bom estado que já temos em estoque?**

**R:** Não há exigência de equipamentos novos, devendo estar em perfeitas condições de operação e conservação, conforme Termo de Referência.

**23- Os Licitantes devem obrigatoriamente seguir as quantidades de equipamentos informadas em edital? Ou as Licitantes podem propor quantidades alternativas conforme sua expertise?**

**R:** As quantidades, capacidades e especificações técnicas previstas no Termo de Referência constituem requisitos mínimos obrigatórios definidos pela Administração para garantir a adequada execução dos serviços, assegurando a segurança, a regularidade, a eficiência operacional e a cobertura integral do escopo contratado.

Nesse sentido, caberá à licitante avaliar sua metodologia operacional e dimensionar os recursos necessários para o pleno atendimento das exigências contratuais, desde que respeitados os quantitativos mínimos estabelecidos e assegurada a perfeita execução do objeto, sem prejuízo da qualidade e continuidade dos serviços prestados.

**24- Caso tenha fornecimento de material, o fornecimento vai ser por reembolso ou medição?**







**R:** Os materiais correm por conta e risco diretos da contratada e já devem estar inclusos no preço unitário da tonelada dos serviços licitados. Caso surja a estrita necessidade de itens não previstos, estes serão remunerados, conforme descrito no item 7.13.2 – ITENS NOVOS.

**25- Os Licitantes devem obrigatoriamente seguir as quantidades de materiais informadas em edital? Ou as Licitantes podem propor quantidades alternativas conforme sua expertise?**

**R:** Os materiais e insumos necessários para a execução dos serviços correm por conta e risco diretos da contratada, devendo estar totalmente computados e embutidos nos preços unitários ofertados para a tonelada. A licitante deve dimensionar seus quantitativos de forma a garantir o atendimento integral de todo o escopo e das frequências operacionais estabelecidas pela Administração. Ressalta-se que, nos termos do Termo de Referência, o risco por eventual equívoco ou insuficiência no dimensionamento dos materiais e custos variáveis da proposta é de responsabilidade exclusiva do parceiro privado, que deverá complementá-los às suas expensas caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para a execução do objeto.

**26- Os serviços de manutenção envolverão fornecimento de peças? Em caso positivo: O fornecimento será por reembolso, tabela referencial ou incluso no valor Global?**

**R:** Toda e qualquer despesa com manutenção preventiva, corretiva e reposição de peças dos veículos, caminhões e equipamentos é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, devendo os custos estar totalmente embutidos nos preços unitários ofertados para a tonelada.

**27- Caso seja necessário o deslocamento das equipes técnicas, esse custo será de responsabilidade da contratada? Existe estimativa de distância média ou quantidade mensal de atendimentos?**

**R:** Sim, o custo é de responsabilidade da contratada. O Termo de Referência detalha a extensão total da malha viária a ser atendida, a divisão das rotas e frequências por distritos e informa que a distância entre a sede do município e a destinação final. Todos os dados são encontrados dentro do documento e seus anexos.

**28- Existe previsão de subcontratação parcial de serviços especializados? Em caso positivo, quais atividades poderão ser subcontratadas?**

**R:** Sim, admite-se a subcontratação parcial do objeto. Contudo, é terminantemente vedada a subcontratação do Item 1 da Planilha ("Coleta de resíduos sólidos domiciliares e urbanos Classe II, Coleta de Volumosos e Transbordo"), conforme o tópico 4 – SUBCONTRATAÇÃO do Termo de Referência.







**29- O edital exige a apresentação de documentos egressos? Se sim, quais são eles?**

**R:** As exigências documentais para fins de habilitação encontram-se previstas no Edital e seus anexos, devendo as licitantes observar integralmente os documentos e requisitos ali estabelecidos para participação no certame.

**30- Qual o ISS do (s) município (s)?**

**R:** A alíquota considerada é de 3,00%. Conforme estabelecido no Anexo D – Demonstrativo da Composição do B.D.I. e também, o ISS está vinculado ao CNAE da empresa, correspondente às atividades econômicas regularmente cadastradas junto ao CNPJ.

**31- Haverá recesso? Se sim, como ficará os serviços nesse período? Haverá faturamento do período?**

**R:** Por se tratar de um serviço público de natureza contínua e essencial, não há previsão de recesso ou paralisação das atividades. O faturamento ocorrerá mensalmente de forma regular, baseado na pesagem (toneladas) efetivamente coletada e transportada no período.

**32- Considerando que IN SEGES/MGI nº 147/2026 estabelece impacto direto na formação dos custos da contratação, solicitamos esclarecimento acerca dos seguintes pontos:**

**a) A Administração considerou a aplicação da IN SEGES/MGI nº 147/2026 na composição do orçamento estimativo?**

**R:** Não. A Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147/2026 é um ato normativo de aplicação obrigatória para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Por se tratar de um certame de competência da Administração Pública Municipal, tal normativa federal não foi adotada na composição do orçamento estimativo.

**b) Qual foi o percentual de incidência adotado para o benefício (20% ou outro índice estatístico)?**

**R:** Não foi adotado nenhum percentual de incidência referente a este benefício. Como a referida Instrução Normativa Federal não se aplica a este certame municipal, o orçamento base não prevê custos ou índices estatísticos decorrentes da IN SEGES/MGI nº 147/2026.

**c) O custo deverá ser previsto na planilha de formação de preços como provisão fixa mensal ou somente mediante reembolso por fato gerador?**





**R:** O custo mencionado não deve ser previsto na planilha de formação de preços, seja como provisão fixa ou como fato gerador. Os custos com pessoal e encargos foram balizados estritamente na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e na legislação trabalhista de aplicação geral.

**d) Caso a Convenção Coletiva da categoria já contemple auxílio-creche em valor inferior ao limite previsto na IN, deverá a licitante prever apenas o valor convencional ou complementar até o teto normativo da IN?**

**R:** A licitante deverá prever estritamente o valor convencional determinado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que eleger como base para sua proposta, desde que válida perante o sindicato competente.

**e) A Administração disponibilizará memória de cálculo ou orientação específica quanto à composição deste custo, visando garantir isonomia e padronização das propostas?**

**R:** Não haverá disponibilização de memória de cálculo complementar além daquela constante dos autos e anexos do procedimento.

Bom Jardim – RJ, 29 de maio de 2026.

  
Tainá Aparecida Soares Eler

**Diretora Geral da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade**  
**Responsável pela Elaboração do Termo de Referência**  
**Mat. 41/7777-SEMMAS**

Página 8

**SECRETARIA MUNICIPAL  
DE MEIO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE**



RUA HUMBERTO NEVES, Nº 275 - BAIRRO MARAVILHA  
CEP – 28.660-000 / BOM JARDIM/RJ

E-mail: meioambiente@bomjardim.rj.gov.br / Tel.: (22) 2566-2342